

DIVIDA EXTERNA

Credores prorrogam por 140 dias acordo com

RÉGIS NESTROVSKI
Especial para O GLOBO

NOVA YORK — O Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, renovou ontem, por mais 140 dias, com os bancos credores os créditos interbancários e comerciais de curto prazo, no valor de US\$ 16 bilhões. Neste período, o Brasil só pagará juros, rolando também as amortizações da dívida de longo prazo, e tentará chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Negociamos o que melhor poderia ser para o Brasil. Pedimos 180 dias mas, depois de 12 horas de negociações, acertamos para 140 dias, com a compreensão dos bancos. Agora, o Brasil e o FMI vão reiniciar suas conversações em Washington no próximo mês. As amortizações deste ano, que seriam de US\$ 6 bilhões, serão depositadas no Banco Central, até o dia 17 de janeiro de 1986 — disse Lemgruber, em entrevista no Banco do Brasil.

O Diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, também presente à reunião, ressaltou que a taxa de risco média nos vencimentos até 1991, que totalizam US\$ 43,3 bilhões, é de 1,77 por cento e não de dois por cento. Mas tanto ele como Lemgruber disseram que o País economizaria muito, caso um acordo plurianual fosse acertado com os bancos.

— Economizaríamos substancialmente nos juros, que este ano serão de US\$ 10,5 bilhões, levando-se em conta a taxa de juros do momento. Os banqueiros também quiseram um prazo maior para manter a

estabilidade e sabem que o Brasil precisa de tempo para acertar com o Fundo.

O Presidente do Banco Central disse, ainda, que "qualquer acordo com os bancos tem que passar pelo FMI." E reconheceu que o maior problema da administração brasileira tem sido o déficit público. Ao todo, 174 bancos participam das linhas comerciais e 191 — muitos dos quais entre os maiores — do crédito interbancário.

— O Governo pediu a extensão para chegar a um acordo com o FMI — disse Lemgruber.

O que ficou muito claro nesta prorrogação é o grande envolvimento do Fundo em qualquer passo da dívida externa brasileira. Na terça-feira, o Diretor-Gerente da instituição, Jacques de Larosière, tinha enviado telex ao Coordenador do Comitê de Assessoramento, William Rhodes, no Citibank, garantindo que a comunidade financeira podia rolar a dívida, pois o Brasil e o FMI continuavam negociando um acordo para 1986. No longo telex, Larosière explicou os passos da nova administração brasileira. Disse que as autoridades têm uma política financeira, que está sendo estudada para o próximo ano e que, no início de setembro, as conversações recomeçarão.

Fontes bancárias acham que "o Brasil ganhou tempo e, pagando juros em dia, não terá problema com os bancos. Daí o crédito de confiança de 140 dias, tempo no qual todos esperam que o Brasil chegue a um acordo com o FMI. Mas caso a 17 de janeiro do próximo ano o País não tenha obtido esse entendimento, nova prorrogação poderá ser mais problemática.

Brasil

ECONOMIA • 21